



ANAIIS DA ASSEMBLÉIA

Nº 136/137 CURITIBA, QUARTA/QUINTA-FEIRA, EM 06/07 DE NOVEMBRO DE 2002 ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Durval Amaral
Líder da Oposição	Waldyr Pugliesi
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Sérgio Spada
PMDB	Nereu Moura
PPB	Tony Garcia
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Luiz Carlos Zuk
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Pastor Edson Praczyk
PPS	Marcos Isfer

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Antonio Baratter - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Duryal Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 089ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
06 DE NOVEMBRO DE 2002**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pela senhora deputada Luciana Rafagnin e pelo senhor deputado Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Antonio Baratter, Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (53). Achando-se em licença o senhor deputado Marcos Isfer (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior a qual foi aprovada sem aobservações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Na qualidade de líder da Bancada do Partido da Frente Liberal - PFL, nesta Casa, venho por intermédio

do presente indicar o nome do deputado Plauto Miró Guimarães para compor a Comissão Especial que irá opinar sobre a indicação do procurador Fernando Augusto Mello Guimarães, à vaga de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, conforme solicitação.

Sendo o que se apresenta, aproveito a oportunidade para renovar votos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 06.11.2002.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2429

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 42/2002, que dispõe sobre a estrutura funcional da Procuradoria-Geral de Justiça.

Sala das Sessões, em 06.11.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 2434-A

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 158/2000, de sua autoria, que visa autorizar o Poder Executivo a instalação de Centros de Formação de Condutores pelo Detran, para qualificação de condutores, gratuitamente e REQUER ainda, inclusão imediata na Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 06.11.2002.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

REQUERIMENTO Nº 2425

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 06.11.2002.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 2433

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. Jaime Lerner e ao secretário extraordinário para Assuntos Estratégicos, Dr. Alex Beltrão, e ao diretor-presidente do Paranacidade e ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, pedido de informações detalhadas conforme segue:

1 - Qual o projeto e suas razões de natureza técnica, administrativa, financeira e de interesse social para a construção do Museu de Artes no Centro Cívico, em Curitiba?

2 - Qual o custo das obras e dos projetos?

3 - Qual empresa, ou empresas desenvolvem o projeto?

4 - Houve licitação para contratação das obras? Se afirmativo, anexar os procedimentos e ata conclusiva assinada pela Comissão de Licitação.

5 - Se não houve licitação, indicar os procedimentos administrativos e legais adotados. Enviar cópias.

6 - Foram contratados assessores ou consultores externos? Indicar nomes e valores recebidos e contratados.

7 - Indicar prazos para conclusão da obra, sua referência na lei orçamentária e nas diretrizes e bases orçamentárias.

Sala das Sessões, em 06.11.2002.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2434

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, após ouvido o douto Plenário, REQUER, envio de expediente ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, solicitando todos os processos de prestação de contas da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, nos exercícios compreendidos pela gestão do secretário de Meio Ambiente, Hitoshi Nakamura, bem como cópia de eventuais processos de impugnação das referidas contas, levados a efeito por esse Tribunal de Contas, cujos resultados tenham ou não sido concluídos até a presente data, inclusive referente aos Jogos Mundiais da Natureza.

Justifica-se tal solicitação pela necessidade de análise minuciosa dos referidos documentos, em face a denúncias de indícios de irregularidades nas contas daquela Secretária.

Sala das Sessões, em 06.11.2002.

(a) NEIVO BERARDIN

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 692/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao senhor ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.11.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A medida aqui proposta, que visa conceder o título de Cidadania Honorária do Estado do Paraná ao ministro

Marco Aurélio Mendes de Farias Mello, é justa e meritória quanto a reconhecer a importância dos serviços prestados à Nação brasileira e ao notório conhecimento necessário para exercer, dignamente, uma das funções mais altas da Corte do país: a presidência do Supremo Tribunal Federal.

Apesar de jovem - ele tem apenas 56 anos - o Dr. Marco Aurélio tem larga experiência na área jurídica, como advogado, juiz e ministro do TST e na área política, já que ocupou o cargo de presidente da República por três oportunidades.

Mais do que o vasto e invejável *curriculum vitae* do homenageado, sua conduta no trato dos interesses nacionais não deixam dúvidas da grandeza de caráter e formação que espelham a biografia deste cidadão.

Sua presença no meio nacional honra o Estado brasileiro e o contempla, com justiça, no rol dos grandes homens públicos que enobrecem a história da nossa pátria.

PROJETO DE LEI Nº 693/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Para fins de cumprimento das disposições da Lei Estadual nº 12726, de 26 de novembro de 1999, bem como seus regulamentos, é facultado às associações locais, regionais ou setoriais de usuários de recursos hídricos e aos consórcios internacionais de bacia hidrográfica optarem pela obtenção de reconhecimento como de utilidade pública, na forma da lei, ou, alternativamente, de credenciamento junto ao Governo Federal como organizações da sociedade civil de interesse público, nos termos da Lei Federal nº 9790, de 23 de março de 1999.

Parágrafo Único - Em decorrência do disposto no *caput* deste artigo, passam a ser equivalentes e aceitos para as finalidades a que se destinam pelas disposições da Lei Estadual nº 12726/99 e de seus regulamentos, os instrumentos do Contrato de Gestão, já previstos na Lei Estadual nº 12726/99 e dos Termos de Parceria, especificados pela Lei Federal nº 9790/99 e regulamentos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.11.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná é drenado por alguns rios de domínio federal de grande importância estratégica para o Estado, casos notáveis do Iguaçu, Ribeira, Paranapanema e Paraná. É do interesse estratégico do Estado obter da União a delegação de competências e atribuições pertinentes à gestão destes rios, devendo estar alinhado com as bases legais necessárias a tanto.

Com efeito, especificamente para as bacias do Alto Iguaçu e Alto Ribeira, o Paraná obteve tal delegação de competências e atribuições, mediante a celebração de um convênio com a Agência Nacional de Águas - ANA. Mais do que isso, a ANA destinou recursos financeiros em apoio à instalação de Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos nestas bacias. Esta delegação, contudo, é condicionada, tanto a resultados, quanto à observância das diretrizes técnicas e de ordem administrativa e legal.

Quanto aos aspectos legais, deve-se lembrar que a Lei Federal nº 9790, de março de 1999, no contexto da Reforma do Aparelho do Estado, instituiu a figura das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP's (grifamos), figura esta grande aplicabilidade para os fins de constituição das chamadas "agências de bacias hidrográfica", previstas tanto pela Lei Nacional das Águas (Lei nº 9433/97), quanto pela legislação paranaense de recursos hídricos (Lei Estadual nº 12726/99).

Neste sentido, é importante destacar que a designação como de interesse público deverá conferir às agência e compatibilidade para os fins do exercício destas funções em rios de domínio federal que venham a ter sua gestão delegada ao Paraná.

Assim, torna-se oportuno e conveniente ao Estado alinhar-se com a legislação federal das OSCIP's, tornando facultativa a opção como de Utilidade Pública, já prevista na Lei nº 12726/99, ou, alternativamente, como de interesse público, nos termos da Lei Federal nº 9790/99.

Por decorrência, a Lei Estadual deverá abrigar, também, o instrumento dos Termos de Parceria, previstos na Lei Federal nº 9790/99 e, para todos, equivalente aos Contratos de Gestão, já estabelecido e regulamentos pela legislação paranaense de recursos hídricos.

PROJETO DE LEI Nº 694/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

P A R E C E R :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a doar ao município de Matelândia, o lote 11 (onze) da quadra nº 68 (sessenta e oito) da planta da cidade, possuindo uma área de superfície de 600,00 m2 (seiscentos metros quadrados), matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Matelândia, sob nº 105, fls. 42 do Livro 3 e os lotes de nº 09A e 10, ambos da Quadra nº 54, com uma área de 1.500,00 m2, matriculados no Registro de Imóveis de Foz do Iguaçu, sob nº 15.049, fls. 99 do Livro nº 3-N, de propriedade do Estado do Paraná.

Art. 2º - Os imóveis que se refere o artigo 1º desta lei serão utilizados, exclusivamente, para funcionamento da Biblioteca Municipal e da Casa de Cultura, não podendo ter destinação diversa, sob a pena de esta doação tornar-se automaticamente sem efeito.

Art. 3º - Em caso de destinação adversa ao proposto, os imóveis e as benfeitorias que por ventura venham a ser edificadas, reverterão ao patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a futuros ressarcimentos, ficando, ainda, gravados com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.11.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da presente proposição é autorizar o Poder Executivo a doar imóvel de sua propriedade ao município de Matelândia, imóvel este que era de propriedade do município e foi doado ao governo do Estado para instalação de uma Agência de Rendas e do Fórum da Comarca.

Quando o Estado do Paraná deixou de utilizar os imóveis para o fim que foram destinados, ele continuou servindo ao Departamento de Fiscalização do Município até meados de 2001, época em que foi instalada naquele local, a Biblioteca Pública Municipal e a Casa da Cultura.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 695/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - A Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar e responsável pela instalação do equipamento que elimina a passagem do ar pelo hidrômetro.

Art. 2º - A instalação do eliminador de ar para hidrômetro não acarretará em custos adicionais para o consumidor.

Art. 3º - O dispositivo instalado adjunto ao hidrômetro, deve ser submetido a apreciação por parte do Inmetro.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor nas data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.11.2002.

ANTONIO CARLOS BARATTER

JUSTIFICATIVA:

Com a promulgação da Constituição de 1988, os direitos do consumidor e os esforços para criar consciência de cidadania tem avançado. E bem verdade, que temos muito a caminhar.

Procurei, no espaço do meu mandato, estudar questões pertinentes ao Código do Consumidor e ao fortalecimento da cidadania. Ainda existe no subconsciente coletivo um misto de medo e piedade de quem quer se exigir um direito que foi lesado.

Percebi, que o Parlamento nacional e os Paramentos estaduais produziram um acanhado arcabouço jurídico a respeito dos ditames filosóficos e doutrinários do Código do Consumidor.

O legislador brasileiro, na sua grande maioria, está distante de perceber e compreender que o estado democrático é fruto da defesa permanente e intransigente dos seus cidadãos.

Esta Casa foi homenageada e aplaudida pelo IDEC (Instituto de Defesa do Consumidor) ao aprovar projeto de lei sobre os pulsos da telefonia fixa. Tem outros projetos importantes sobre o mesmo tema que tramitam nesta Casa e que poderão beneficiar o consumidor, tais como: Disque Sexo, Ligue Já, Disque Piada, etc.

Esta Casa tem se destacado na atuação e defesa do consumidor. Acredito, que este projeto que passarei a expor com certeza será uma marca na luta em homenagem aos 10 anos de publicação do Código do Consumidor.

Não perguntei, contudo acredito que todos os parlamentares desta Casa já receberam de seus eleitores, pelo menos uma reclamação da conta de água. O consumidor alega que está pagando efetivamente mais do que ele imagina ter consumidor. E ele tem razão. O paranaense paga ágio pela água que utiliza. Ele está a dizer a esta Casa: por favor, me defendam!

Senhoras e senhores deputados, em qualquer ponto de vazamento na rede, o ar é sugado para dentro da tubulação e se mistura com a água. Quando a torneira da casa, do escritório ou da empresa é aberta, sai água misturada com ar. O consumidor paga pela água e pelo ar. Para entender melhor: quando falta água em nossa casa e depois tem um tempo ela volta e você abre a torneira, você verifica um barulho tipo um sopro e aos poucos a água se estabelece por normal na torneira. Até que a água da torneira corra normal, o consumidor pagou pelo ar e o relógio que marca o consumo percorreu loucamente voltas a mais.

Na verdade, quando o consumidor reclama para seu deputado ou para seu vereador de que ele acha que está pagando mais do que devia, ele tem razão. Ele está pagando ar por água. O ar ainda é de graça. Este projeto de lei visa parar de pagar o ar que entra e passa pela tubulação. Objetivamos a instalação de um aparelho que elimina o ar antes do hidrômetro e após o registro do cavalete. Objetivamos eliminar o ar acumulado no cano.

O Inmetro, técnica e juridicamente já atestou nos ensaios realizados que os eliminadores apresentam desempenho satisfatório com relação a estanqueidade e interferências nas medições dos hidrômetros.

Tecnicamente, a formação de bolsões de ar nas tubulações hidráulicas na rede de distribuição é constante. Alguns motivos: bombear água por racionamentos, manutenção e ampliação da rede e consertos e reparos, além, também, de qualquer vazamento.

A instalação do aparelho permite que o hidrômetro registre somente água consumida.

A Sanepar, sem rodeios, ao permitir que o ar entre pelo cano, está permitindo que o consumidor também entre pelo cano; pois ela não utiliza meios para eliminar o ar sugado pelo cano. Enfim, a Sanepar suga o consumidor. Existem informações de que é possível economizar através da eliminação do ar até 30% do consumo.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Não há oradores inscritos no pequeno Expediente, no Grande Expediente e nem no Horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 senhores deputados.

Antes, porém, queremos registrar a presença do deputado eleito, Mauro Moraes.

Seja bem-vindo.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo deputado Plauto Miró Guimarães, na qualidade de líder do PFL, constante do expediente, indicando o nome de deputado para compor a Comissão Especial que irá opinar sobre a indicação do procurador Fernando Augusto Mello Guimarães, para a vaga de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, conforme solicitação. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projetos de Lei em nº de 03 (três) de autoria do deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Antonio Baratter, constante do expediente. necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 198/2002, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Esportiva e Recreativa Metropól, com sede e foro no município de Palotina. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 199/2002, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Esportiva e Recreativa Santos Dumont, com sede e foro no município de Palotina. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 237/2002, de autoria do deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a APM do Colégio Estadual José Alfredo de Almeida, do município de Mariluz, com sede e foro no mesmo município. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. COM EMENDA FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada a emenda, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 257/2002, de autoria do deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Moradores de Leão e Vizinhança de Agudos do Sul, com sede em Agudos do Sul e foro no município de Fazenda Rio Grande. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. COM EMENDA FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada a emenda, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 515/2002, de autoria do deputado Algaci Tulio, que institui o dia 10 de agosto como o Dia da Polícia Militar do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 614/2002, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Serraria da Rocha, com sede e foro no município de Paranaguá. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 653/2002, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação do Grupo de Apoio às Famílias Carentes, com sede e foro nesta Capital. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 655/2002, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Assistencial Nova Aliança - Sana, com sede e foro no município de Londrina, no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 656/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Moradores da Comunidade de Bela Vista - Amista, com sede e foro no município de Formosa do Oeste-PR. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 657/2002, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que altera a redação do art. 1º da Lei nº 9.982, de 29 de maio de 1992, que declarou de Utilidade Pública a Associação de Proteção ao Excepcional de Carambei. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 478/2002, de autoria do deputado Elio Lino Rusch, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica, para a prefeitura municipal de Cafelândia. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 090/2002, de 26/06/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 478/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Elio Rusch, visa autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel para a Prefeitura de Cafelândia.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 29.10.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2416, de autoria do deputado Nereu Moura, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2425, de autoria do deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2429, de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2433, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2434, de autoria do deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2434-A, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

V. Exa. já está terminando a Sessão e nem teve Horário das Lideranças?

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Teve, já passou.

O SR. NEREU MOURA

Está bem, presidente, tinha que ser mais longa essa Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Mas o que é que a Presidência vai fazer?

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu quero com satisfação registrar a presença aqui na Assembléia Legislativa, na Liderança do PMDB, do ex-deputado federal Valber Guimarães, que nos visita no dia de hoje, amigo e companheiro nosso de tantas e tantas jornadas, e o seu filho, Valber Guimarães Filho, empresário do setor de comunicação na cidade de Cianorte, amigo e companheiro também do Edno Guimarães.

Era este o registro que queríamos fazer.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Devidamente registrado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 07, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 237 e 257/2002.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 478/2002.

Levanta-se a Sessão.

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA ATA DA 090ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 07 DE NOVEMBRO DE 2002

(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Elio Rusch; PSDB:

Algaci Tulio; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PMDB: Ademir Bier; PL: Pastor Edson Praczyk (07). Achando-se em licença o senhor deputado Marcos Isfer (01).

O senhor presidente Elio Rusch informa que, conforme o artigo 88 do Regimento Interno, deixa de abrir a Sessão, por absoluta falta de quórum, marcando outra para segunda-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 124, 328, 596, 600, 607 e 616/2002.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 237 e 257/2002.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 478/2002.

Levanta-se a Sessão.

Balancete:

OFÍCIO Nº 27/2002

Curitiba, 05 de novembro de 2002.

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de SETEMBRO/2002, conforme relatório anexo pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA
Coordenadoria de Contabilidade

ILUSTRÍSSIMO SENHOR
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI

Mui Digno Diretor da DAT

Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Setembro	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 01
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data:30/09/2002
MÊS: Setembro	Exercício: 2002	

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	12.280.000,00	95.540.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA CORRENTES	12.280.000,00	95.540.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	150.000,00	910.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	150.000,00	910.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	12.430.000,00	96.450.000,00
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	115.856,36	13.591.010,33
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	115.856,36	13.591.010,33
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	115.856,36	13.591.010,33

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	5.182.835,71	14.283.497,73
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	5.182.835,71	14.283.497,73
TOTAL	17.728.692,07	124.324.508,06

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Setembro	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 02
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data: 30/09/2002
MÊS:Setembro	Exercício: 2002	

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	9.873.769,06	90.537.603,04
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.326.494,37	75.393.870,33
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.547.274,69	15.143.732,71
DESPESAS DE CAPITAL	165.733,50	820.876,45
INVESTIMENTOS	165.733,50	820.876,45
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	10.039.502,56	91.358.479,49
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	0,00	534.762,28
PAGAMENTOS	900,35	534.762,28
CANCELAMENTOS	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	111.163,00	24.853.239,78
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00

DESPESA	- NO MÊS	ATÉ O MÊS
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	111.163,00	24.853.239,78
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	111.163,00	25.388.002,06
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	7.578.026,51	7.578.026,51
VINÇULADO	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	7.578.026,51	7.578.026,51
TOTAL	17.728.692,07	124.324.508,06

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA - Coordenador de Contabilidade